

[211]

ÁLVARO RIBEIRO: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO SECUNDÁRIO NOS PRIMEIROS DISPERSOS

José Carlos de Oliveira Casulo

Instituto de Educação da Universidade do Minho

(Departamento de Teoria da Educação e Educação Artística e Física)

[Resumo] Nesta comunicação apresenta-se uma análise que prosseguiu o objectivo de estudar as reflexões sobre o ensino secundário que o filósofo português Álvaro Ribeiro (1905-1981) deixou em quatro pequenos textos publicados entre 1931 e 1949.

Ao longo da análise evidencia-se que o autor se preocupou em defender a autonomia didáctica dos professores face à tendência de os obrigar a seguir métodos de ensino impostos governamentalmente. Evidencia-se, também, um reformulação da questão do ensino da religião. Torna-se claro, por fim, que a sua reflexão se debruçou, ainda, sobre questões relacionadas com o ensino técnico.

1. Introdução

O filósofo Álvaro Ribeiro (1905-1981), aluno de Leonardo Coimbra na primeira Faculdade de Letras do Porto e seu discípulo para toda a vida, foi um prolixo publicista em cujos textos se podem haurir reflexões sobre diversos aspectos da acção e da cultura humanas, sendo que alguns deles têm por objecto temáticas educacionais.

A sua extensa actividade editorial não se manifestou, todavia, unicamente sob a forma de livros, mas também através de pequenos artigos dados a lume em jornais, boletins e revistas, colaboração esta em vários títulos da imprensa periódica que teve uma extensão cronológica de seis décadas, iniciada ainda quando muito jovem, com dezasseis anos, em 1921, e mantida até 1981, ano do seu falecimento.

O trabalho de recolha, organização e apresentação destes escritos dispersos foi levado a cabo pelo Dr. Joaquim Domingues (Domingues, 2004) e publicado em três volumes pela Imprensa Nacional (Ribeiro, 2004-2005), cada um dos quais referente a um determinado número de anos das referidas seis décadas de publicações dispersas: 1921 a 1953 o volume I, 1954 a 1960 o volume II e 1961 a 1981 o terceiro e último volume (Ribeiro, 2004-2005).

Os objectivos do presente trabalho são, precisamente, os de, no âmbito temporal

delimitado pelo primeiro volume dos dispersos do nosso autor:

- Identificar os textos directa e substancialmente dedicados à reflexão sobre questões do ensino secundário português;
- Analisar tais textos e proceder à apresentação do ideário alvarino sobre este aspecto particular do fenómeno educacional;
- Elaborar uma síntese reflexiva pessoal sobre os dados resultantes da análise.

2. Dispersos com interesse educacional

Colocando de parte aquelas publicações em que lhe é feita uma muito ligeira alusão¹, a problemática da educação surge, de modo a exigir atenção própria e abordando duas temáticas facilmente identificáveis — o ensino secundário e o ensino universitário —, nos seguintes dispersos alvarinos da década de trinta: *A pedagogia e a democracia: uma tese notável que sugere algumas considerações de carácter pedagógico* (1932) e *Inquérito sobre a Universidade* (1933). Há ainda a considerar, já na década seguinte, oito títulos: *Questões de ensino*, *Programa de um estudo nacional* e *Um problema pedagógico*, todos de 1943; *Faculdade de Filologia* (1944), *O Porto e os estudos humanísticos* (1945), *A história da filosofia e o*

1 - Trata-se dos seguintes textos: *Centro de estudos Europeus. Retrocesso ou Progresso?* e *Escola de Poesia*, um e outro de 1948; *Como devem ser estudadas as grandes figuras literárias* e *Teses de filosofia*, de 1949, *Como vivem os intelectuais portugueses a sua relação com a cultura passada em Portugal?*, de 1952, e, de 1953, *Depoimento a Bem Viver e Educação de adolescentes*. Se é verdade que, em todos eles, há linhas que aludem à educação, também é verdade que, exceptuando o último, são mesmo linhas, que essa alusão é mesmo ligeira e que, no conjunto, não se encontra um núcleo temático consistente e aceitavelmente identificável.

ensino universitário (1947); em 1949, *Bibliotecas e bibliotecários e Faculdade de Letras ou Faculdade de Filosofia?*.

Nos anos cinquenta marcam presença, em 1952, *O ensino da teologia e a filosofia portuguesa*, e, em 1953, *Para a história da filologia portuguesa*.

Destes doze dispersos, quatro correspondem ao primeiro objectivo atrás formulado - reflexão sobre questões do ensino secundário português-, a saber, *A pedagogia e a democracia: uma tese notável que sugere algumas considerações de carácter pedagógico*, *Questões de ensino*, *Um problema pedagógico* e *Bibliotecas e bibliotecários*. São estes, pois, os títulos que passamos a analisar.

3. Análise dos textos sobre ensino secundário

No artigo *A pedagogia e a democracia: uma tese notável que sugere algumas considerações de carácter pedagógico*, o nosso pensador, partindo do princípio de que, em democracia, nenhum governo pode impôr autoritariamente aos professores os métodos de ensino que estes terão que utilizar, lamenta que assim não tenha acontecido em Portugal com a República, conceito este que aqui transparece de modo muito vago, talvez porque, em nosso entendimento, Álvaro Ribeiro pretendesse, subtilmente, uma interpretação ambígua das suas palavras: escrevendo apenas “República” tanto eram abrangidas a primeira República como a segunda, a do Estado Novo, não democrática, evitando, deste modo, o incómodo de explicitamente fazer esta distinção. É, pois, tendo em mente esta ideia de que, em Portugal e sob a República (a primeira e a segunda), o ensino não tinha sido nem era democrático, que o filósofo portuense, nas demais linhas deste texto, comenta, tomando como também suas as ideias do autor, o relatório sobre ensino de Português e de Francês apresentado a exame de estado para o magistério liceal por José Marinho, seu amigo desde o tempo de frequência da primeira Faculdade de Letras do Porto, pese embora terem cursado diferentes matérias -Álvaro Histórico- filosóficas e Marinho

Filologia Românica, acrescida, porém, de algumas disciplinas filosóficas.

Assim, para Álvaro Ribeiro, este relatório constituía uma pedrada no charco do autoritarismo didáctico do governo sobre o ensino liceal, uma vez que, nele, Marinho contestava “... toda a pedagogia sociocrática e especialmente [...] a pedagogia (?) nacionalista que monárquicos e republicanos abraçam em Portugal...” (Ribeiro, 1932, p. 94) e, na sequência desta contestação e da formulação de uma nova finalidade para a educação, criticava particularmente o modo como, no ensino liceal e no âmbito da disciplina de Português, o governo pretendia que se leccionasse *Os Lusíadas*.

Álvaro Ribeiro, que fez suas as ideias de José Marinho, como já se referiu, classificou a teleologia educacional deste – “... encaminhar o homem para a consciência de si mesmo e a acção sobre si mesmo [porque] só esta acção será adequada aos reais interesses, possibilidades e tendências de cada um...” (ib., p. 95)- como defensora da liberdade, evidentemente que da liberdade de cada um face à opressão totalitária que quer moldar o indivíduo para a colectividade, jamais atendendo à especificidade e idiosincrasia de cada pessoa humana.

Com base, então, nesta finalidade educativa, julgava o nosso pensador que “... os manuais [...] sacrificam a intenção educativa à intenção patriótica, contribuindo para formar um ambiente que está fortemente saturado de nacionalismo, de patriotismo...” (ib.)², pelo que, citando-o, manifestava total adesão à crítica feita por Marinho a uma didáctica de *Os Lusíadas* que era imposta governamentalmente e que pretendia utilizar o grande poema épico para valorizar um belicismo e um nacionalismo que, de modo algum, encontravam eco na realidade contemporânea, a não ser em “... uns tantos membros da sociedade portuguesa ou da sociedade europeia atrasados pela sua ignorância e irreflexão para uma dessas épocas indecifráveis que não pertencem à história...”(ib.).

Em *Questões de ensino*, Álvaro debruçou-se sobre o ensino técnico, já para lhe tecer uma crítica de fundo,

já para aduzir algumas recomendações pertinentes. Começou por apreciar negativamente a centralidade tendencial que esta via didáctica estava a assumir no âmbito do ensino secundário. Tal centralidade tendencial, justificada pela máxima pedagógica segundo a qual “... a escola prepara para a vida...” (Ribeiro, 1943a, p. 209) devia-se, na sua perspectiva, a razões de natureza político-económica que levavam a encarar a escola apenas utilitariamente, isto é, como um meio para conferir uma formação profissional potenciadora da criação de riqueza, pelo que a esta centralidade tendencial opunha o discípulo de Leonardo a convicção de que “... não pode o ensino técnico aspirar a uma função central no sistema pedagógico...” (ib., p. 211). E não podia, em seu entender, porque, a ser assim, assistir-se-ia a uma regressão pedagógica, na medida em que seriam relegadas para um plano secundário as disciplinas clássicas, justamente aquelas “... cuja nobreza elevou o homem acima da necessidade da espécie...” (ib., p. 209).

Para além desta crítica, o nosso pedagogo recomendava que o ensino técnico se iniciasse aos catorze e não aos dez anos, isto porque, para ele, não havia fundamentos biopedagógicos que tal justificassem. Em sua defesa, invocava Álvaro Ribeiro uma tradição pedagógica que não identificava, mas que entendemos ser de raiz clássica, *maxime* aristotélica. Ouçamo-lo: “Uma esquecida pedagogia –que atribui a idade da razão aos sete anos e que determina a maioridade aos vinte e um - acompanhava de mais perto a periodicidade biológica e indicava-nos uma divisão mais certa dos ciclos da actividade educativa.” (ib., p. 210)

Daqui partindo, subentendendo a existência de três ciclos etários educativos desde o nascimento até aos vinte e um anos, de sete anos cada um, portanto, o Letrado diferenciava entre educação e ensino, reservando àquela os dois primeiros ciclos (até aos catorze anos) e a este o terceiro (dos catorze aos vinte e um anos). Assim, em defesa dos próprios alunos, pugnava para que o ensino técnico se estruturasse de tal modo que permitisse que a opção, feita aos catorze anos, por qualquer um dos seus ramos de aprendizagem, não os

2 - Quer pelo momento e circunstância político-social em que escrevia, quer, sobretudo, pela intenção descortinável no texto, é nosso entendimento que, usando os termos “patriótico” e “patriotismo” é ao nacionalismo que Álvaro Ribeiro se está a referir.

obrigasse irrecorrivelmente ou a nela persistirem, mesmo quando descobriam que essa primeira escolha não tinha sido a mais correcta e que outra lhe era preferível, ou a desistirem dos estudos, assim deixando inconclusa a sua formação. Acabar-se-ia, se se adoptasse esta orientação pedagógica, com a “[situação] angustiosa e clamante [...] [dos] jovens de cursos incompletos...” (ib., p. 211).

Foi sobre o ensino da religião “... nas escolas públicas e particulares...” (Ribeiro, 1943b, p. 231) que, nas linhas de *Um problema pedagógico*, Álvaro Ribeiro brevemente discorreu. Fê-lo essencialmente para afirmar que havia um equívoco no modo como este problema tradicionalmente se colocava. Com efeito, para o nosso autor, não tinha sentido equacionar este problema através da questão restritiva de saber se se devia, ou não, reservar um espaço curricular para o ensino da religião, resposta esta que, em qualquer caso, lhe parecia ser, sempre, “... uma solução simples, prática ou política...” (ib., p. 233).

Não podia ser assim, para Álvaro. A religião não podia “... ser considerada como «disciplina» escolar ao lado das outras matérias didácticas, nem como complementar ou sintética, como a filosofia...” (ib., p. 231), porque, a ser assim, diminuir-se-lhe-ia o valor, deturpar-se-ia a sua essência, já que a religião não é redutível a uma matéria de aprendizagem num qualquer quadro curricular, mas é, antes, “... uma actividade que não tem fim [e que] absorve a vida inteira...” (ib.). Por isso, ela informa todo o saber e está presente em toda a actividade humana; logo, também no ensino.

E era neste ponto que, para o nosso pedagogo, se devia perspectivar a questão religiosa no ensino: não se tratava de criar, ou não, uma disciplina, mas sim o de redescobrir a dimensão religiosa simbólica de qualquer processo educativo, também do ensino, portanto, ideia esta assim apresentada:

“...educar é revelar: a educação é um correspondente simbólico da religião. Um pedagogo que ignore a fenomenologia religiosa tenderá a usar na sua didáctica somente os processos elementares e mecânicos [...] Não confundindo a atitude perante o culto, perante determinado culto, com

a atitude perante a religião [...] pode talvez dizer-se que entre a educação e a religião, de direcções aparentemente contrárias, há o movimento pelo qual o homem inscreve neste mundo o seu destino...” (ib., 232-233).

No artigo *Bibliotecas e bibliotecários*, o autor de *Escola Formal* retornou à temática do ensino técnico, agora para defender a formação de bibliotecários neste nível didáctico e não noutra. Álvaro exprime assim a sua posição: “... a formação do bibliotecário não carece de habilitações universitárias, mas apenas de uma preparação técnica de nível médio...” (Ribeiro, 1949, p. 357). Consequentemente, não aceita que seja necessária uma formação de bibliotecários no curso de pós-graduação próprio das Faculdades de Letras – o curso de bibliotecário-arquivista – não aceitando também, aliás, a formação conjunta de bibliotecários e arquivistas, “... dada a separação normal entre bibliotecas e arquivos...” (ib., p. 358).

Em defesa da sua tese, o nosso pensador, estribando-se no pressuposto de que “... a profissão de bibliotecário deve ser reconhecida de utilidade, não só nos Serviços públicos mas, também, nos organismos corporativos e nas empresas industriais e comerciais...” (ib., p. 357), começa por admitir que, ao se ministrar o curso de bibliotecário no ensino técnico aumentaria o número de pessoas disponíveis para o exercício desta profissão, e, assim, mais rapidamente e em maior abrangência se resolveria o problema “... na maioria dos escritórios e das secretarias [...], dos livros e [...] revistas [que] não são classificados nem catalogados...” (ib.).

Como segunda razão em defesa da sua pretensão, Álvaro invocou de novo o primeiro argumento, mas agora aplicando-o aos serviços públicos.

Terceira razão: a escassez de bibliotecários, devida ao modelo universitário da sua formação, fazia com que muitos departamentos do estado colocassem nas suas bibliotecas pessoas indevidamente habilitadas para o exercício desta função, o que resultava em que “... o trabalho de classificação e catalogação das espécies bibliográficas [fosse], de biblioteca para biblioteca, executado com critério diferente...” (ib.)

Por fim, não sem concomitantemente ter concedido como excepção o caso da Biblioteca Nacional, instituição na

qual entendia que deveria haver, “... entre os seus funcionários superiores [...] pessoas habilitadas com diversos cursos universitários...” (ib., p. 359), aduziu o nosso autor uma justificação segundo a qual o trabalho normal de uma biblioteca não necessitava, para ser executado, de universitários posteriormente diplomados nos cursos de ciências documentais, podendo perfeitamente ser realizado por bibliotecários oriundos do ensino técnico:

“Para contrariar a rotina, para exercer funções directivas, e para prestar informações bibliográficas, em útil convívio com os leitores, não é indispensável a formação universitária do historiógrafo; basta, para tanto, a presença de um homem verdadeiramente culto que saiba interpretar, de maneira moderna e activa, a função da biblioteca especializada.” (ib.).

4. Síntese reflexiva

A finalidade da educação formulada por José Marinho no relatório pedagógico comentado por Álvaro Ribeiro parece-nos ser a chave de leitura do sentido educacional subjacente aos textos que acabámos de analisar, por nela se valorizar de cada pessoa através da apologia de uma educação que leve cada educando à autoconsciência de si mesmo, não a uma autoconsciência estática e contemplativa, mas a uma autoconsciência activa que o leve, a ele, educando, a descobrir e realizar os seus verdadeiros “interesses, possibilidades e tendências”.

Trata-se, pois, de uma finalidade substancialmente personalista, ou, pelo menos, que o nosso pensador apresentou como tal, na medida em que a exaltou por sobre as concepções que defendiam a educação como meio de imposição da vontade social e nacionalista, exemplificadas com o caso concreto das orientações didácticas governamentais para o ensino liceal de *Os Lusíadas*. Mas trata-se, ainda, de uma concepção que não abrange apenas os educandos, mas também os educadores, aqui na dimensão de professores, pois é também nela que ganha sentido a encomiástica da autonomia e liberdade de ensino dos docentes face à referida centralização didáctica.

Tão alto se elevava o personalismo pedagógico alvarinho, que chegava a considerar a educação como símbolo correspondente da religião, porque revelava aos homens o seu destino, no sentido em que, ao proporcionar a cada um a consciência de si mesmo, o levava a perceber o sentido da sua existência. De facto, ressurgiu aqui, de novo, a expressão da importância de uma educação voltada para a pessoa: para elevar o aluno do ensino secundário e, assim, educar o ser humano, cada pessoa humana, o que havia a fazer, na perspectiva religiosa, não era tanto ensinar religião, mas antes revestir, ou melhor, subordinar o ensino à categoria religiosa da revelação, contemplada na “consciência de si mesmo” e nos “reais interesses, possibilidades e tendências de cada um” constantes do princípio teleológico adoptado de José Marinho.

Era esta, então, para o Letrado, a verdadeira questão sobre o ensino e a religião: tratava-se de reconhecer a importância da envolvimento religiosa do ensino e não de averiguar se se deveria, ou não, instituir nos currículos uma disciplina de religião. Assim se compreende que desta reformulação da questão do ensino da religião decorresse, segundo o nosso pensador, que reduzir a religião a uma disciplina do currículo escolar era um erro de raciocínio, algo ilógico, era querer fazer passar por religioso aquilo que não o era.

Álvaro Ribeiro defendeu que este processo educativo encontrava preciosas auxiliares nas normais disciplinas do currículo liceal, pois este, por si, dava um passo importante na personalização ao alcançarem os alunos a horizontes mais amplos do que os ditados pelo condicionamento biopsicológico próprio da sua condição de seres da natureza. Daqui que o autor de *Liceu Aristotélico* não visse com bons olhos a centralidade tendencial a que o ensino técnico se guindava, por este ter como intenção substancial a formação de trabalhadores para o sistema produtivo. Contudo, não o marginalizou. E prova de que não havia sobrançeria ou desprezo do nosso autor para com este ensino, foi a sua pretensão de que, para além da preparação para as profissões directamente produtivas, ele comportasse, também, uma dimensão de serviço à cultura e passa-se a encarregar-se de uma tarefa tradicionalmente nem sequer entregue

ao ensino liceal, mas ao próprio ensino universitário: a formação de bibliotecários.

Assinale-se, para além disto, que, no que ao ensino técnico concerne, Álvaro, ao pretender que este se iniciasse aos catorze e não aos dez anos, como acontecia, defendeu uma alteração que visava salvaguardar um maior tempo para o desenvolvimento educativo dos seus futuros alunos, desenvolvimento educativo, subentenda-se, na perspectiva personalizadora que temos vindo a referir. Sempre nesta perspectiva, propôs uma flexibilização curricular que permitisse que o próprio ensino técnico pudesse contribuir, também ele, para a educação personalizadora: é que, com esta proposta, conseguir-se-ia que os alunos não se sentissem obrigados a abandonar os estudos ou seguir o mesmo curso em que se tinham inicialmente inscrito, quando, descobrindo-se a si mesmos, descobrissem também que os seus “reais interesses, possibilidades e tendências” lhes ditavam que optassem por diferente especialidade. Sempre a pessoa na frente.

Há algo, enfim, que implicitamente resulta da análise feita: filósofo português, filósofo de Portugal, foi a Portugal que se dirigiu a reflexão de Álvaro Ribeiro, foi a educação dos portugueses, concretamente a dos frequentadores do ensino secundário, que o nosso autor teve em mente. Também nestes breves artigos, então, o Letrado serviu, com o seu pensamento, este o seu maior instrumento de trabalho, a pátria que tanto amou.

5. Bibliografia

5.1. Passiva

Ribeiro, Álvaro (2004-2005). *Dispersos e Inéditos* (3 vols.) – organização e apresentação de Joaquim Domingues. Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Ribeiro, Álvaro. A pedagogia e a democracia: uma tese notável que sugere algumas considerações de carácter pedagógico (Diário da Noite, de 6 de Fevereiro de 1932). In: Ribeiro, Álvaro (2004). *Dispersos e Inéditos I – organização e apresentação de Joaquim Domingues*. 93-96. Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Ribeiro, Álvaro. Questões de ensino (Diário Popular, de 15 de Julho de 1943). In: Ribeiro, Álvaro (2004). *Dispersos e Inéditos I – organização e apresentação de Joaquim Domingues*. 209-211. Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Ribeiro, Álvaro. Um problema pedagógico (Diário Popular, de 16 de Dezembro de 1943). In: Ribeiro, Álvaro (2004). *Dispersos e Inéditos I – organização e apresentação de Joaquim Domingues*. 231-233. Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Ribeiro, Álvaro. Bibliotecas e bibliotecários (Diário Popular, de 20 de Janeiro de 1949). In: Ribeiro, Álvaro (2004). *Dispersos e Inéditos I – organização e apresentação de Joaquim Domingues*. 357-359. Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

5.2. Activa

Casulo, José Carlos. Contributo para o estudo da teoria escolar de Álvaro Ribeiro. In: AA.VV. (2005). *O pensamento e a obra de José Marinho e de Álvaro Ribeiro* (vol. II). 161-172. Lisboa. UCP-Porto/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Cruz, Alexandrina Emília Moreira Marques (2006). *Álvaro Ribeiro: praxis educacional, ideias pedagógicas e tipos de ensino* [Dissertação de Mestrado Educação, área de especialização em História da Educação e da Pedagogia, orientada por José Carlos Casulo e apresentada ao Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho]. Braga. Universidade do Minho (IEP).

Domingues, Joaquim (1997). *Filosofia Portuguesa para a Educação Nacional*. Lisboa. Fundação Lusíada.

Domingues, Joaquim. Apresentação. In: Ribeiro, Álvaro (2004). *Dispersos e Inéditos I – organização e apresentação de Joaquim Domingues*. 11-18. Lisboa. Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Paszkievicz, Cristiana de Soveral. Da educação individual à educação nacional: um estudo de pedagogia alvarina. In: AA.VV. (2005). *O pensamento e a obra de José Marinho e de Álvaro Ribeiro* (vol. II). 173-195. Lisboa. UCP-Porto/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Patrício, Manuel Ferreira. Discurso na Sessão de Encerramento. In: AA.VV. (2005). *O pensamento e a obra de José Marinho e de Álvaro Ribeiro* (vol. II). 305-312. Lisboa. UCP-Porto/Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Teixeira, António Braz. Álvaro Ribeiro. In: Calafate, Pedro (dir.) (2000). *História do Pensamento Filosófico Português* (vol. V – t. I). 179-209. Lisboa. Ed. Caminho.

LIVRO DE ATAS

XI CONGRESSO

DA SOCIEDADE PORTUGUESA
DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

VOLUME III

coordenação
CARLOS SOUSA REIS
FERNANDO SÁ NEVES

INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA

Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto

LIVRO DE ATAS
DO
XI CONGRESSO DA SOCIEDADE
PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA
EDUCAÇÃO
2011

COORDENAÇÃO
DE
CARLOS SOUSA REIS E FERNANDO SÁ NEVES

VOLUME III

Instituto Politécnico da Guarda
30 Junho a 2 Julho de 2011

Título

Livro de Atas do XI Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação

Coordenação

Carlos Sousa Reis
Fernando Sá Neves

Coordenação Gráfica

Maria de Fátima Bartolomeu da Cruz Gonçalves
António Pereira de Andrade Pissarra

Capa

Nuno André

Paginação

Ana Fernandes | Andreia Costa | António Meireles | Fábio Oliveira | Francisco Saraiva | Helziman Cunha | Hugo Coelho | Inês Sá | João Antunes | João Henriquez | José Garcia | Luís Serra | Miguel Cardoso | Pedro Ferreira | Pedro Pereira | Pedro Sobral | Ricardo Pereira | Rita Batista | Romeu Freitas | Tiago Leiria

Assessoria na conversão de formatos

Alcina Marques | Álvaro Neves | Diogo Chouzal | Cristina Vermelho | Sandra Costa

Apoio

Alvaro Sanchez | Bruno Canastro | César Vaz | Ivan Gutierrez | João Fonseca | Joaquim Ricardo | Mialongi Mbabu | Paulo Almeida

Edição

Instituto Politécnico da Guarda

Impressão e acabamentos

Serviços de Artes Gráficas do IPG

Av. Dr. Francisco Sá Carneiro, n.º 50

6300-559 Guarda

Portugal

www.ipg.pt

Depósito Legal

330247/11

ISBN

978-972-8681-35-7

Data

Dezembro 2011

Tiragem

800 exemplares

Proibida a reprodução total ou parcial deste Livro de Atas sem autorização expressa do IPG.